

Acta que, depois de lida, submetida à apreciação preliminar, aprovada
unanimemente, para que produza os seus efeitos legais.

Antônio José
[Assinatura]

Acta da vigésimo Primeiro Reunião Indi-
cária, do Primeiro Período Ordinário,
de ano de mil. novecentos e cinquenta e
cinco (1985), realizado no dia vinte e
um de maio, do ano em curso.

No dezessete horas e quarenta e cinco minu-
tos do dia vinte e um de maio, do ano de mil. novecentos e cinquenta e
cinco (1985), sob a presidência do Senador Ailton Bezerra de Albuquerque,
com a ocupação da primeira secretaria pelo Senador Amílcar Azeite
de Oliveira, reuniram-se ordinariamente à Câmara Municipal de Cabo Eng.
Além disso, responderam à chamada nominal, os seguintes Senadores:
Acyri Silva da Rocha, Mauro José de Aguiar, Walfon de Bezerra Veixina, Jonas
Condino Rocha, Erenides da Silva Santos e Ama Rêgo Batista dos Santos
Correia. Havendo nisto no regimento, o Senhor Presidente, em exercício,
deixou aberta a presença reunida. A seguir, foi lida e aprovada a Acta da
vigésima Reunião Indicária, realizado no dia dezessete de maio. Logo após,
o Senhor Presidente, delimitou a leitura do EXPEDIENTE, que compreende de
seguinte: Indicação nº 52185, de autoria do Senador Erenides da Silva
Santos, seja enviado Expediente ao Senhor Prefeito Municipal, a fim de
que o mesmo envie a esta Casa Legislativa, Remuneração subencionando
a Associação da Igreja Assembleia de Deus de Anagé, no valor de R\$ 500.000
(Quinhentos mil cruzeiros), Indicação nº 53185, da autoria do
Senador Dinley Pereira da Silva, seja enviado Expediente ao Senhor Pre-
feto Municipal, sugerindo colocamento para a Rua Juarezma Kubotchek, no
bairro Santo Antônio, 2º Distrito de Cabo Eng., Indicação nº 54185, do mesmo
autor, seja enviado Expediente ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal,
sugerindo a criação do Administracão de Betafage, 2º Distrito de Cabo Eng.,

Indicação nº 55185, do Senador Walfredo Walter de Souza, de
 que nobre pedido de complementação de calçamento do Rua São
 Dado, no Bairro São Estevão, Indicação nº 56185, de mesmo autor,
 dispõe sobre pedido para colocação de "quiosques" bancários na Praça
 de Ipiranga, em substituição a carroçes, Inicialmente ambulantes, Indi-
 cação nº 57185, do mesmo autor, dispõe sobre pedido para implan-
 tação de Sistema de Iluminação no Praça Santo Inácio, Requeri-
 mento nº 39185, de autoria do Senador Delfino Pereira de Silva, seja en-
 viado Hoção de Aprobção ao Senhor Silvano Gonçalves Leite, com-
 digno Secretário Municipal de Serviços Públicos, para execução d'ellas
 de recuperação do Estrada Graça x Campos Novos, 2º Distrito de Ca-
 bo São, Requerimento nº 40185, da fauna do Senador Walfredo de So-
 za Teixeira, solicita de Presidente do IAPAS, Doutor Paulo Macanibe,
 providências imediatas no sentido de apurar a situação financeira
 que encontra-se o Hospital Santa Izabel, estabelecido em nome Mu-
 nicipio, Requerimento nº 41185, do mesmo autor, solicita de Presidem-
 te do IAPAS, Doutor Paulo Macanibe, providências imediatas no senti-
 do de apurar a situação administrativo do IAPAS, localizada no Mu-
 nicipio de Cabo São, Requerimento nº 42185, da fauna do Senador
 Octávio Raja Cabaglia, requer discussão única nas Comissões de Con-
 stituição, Justiça, Obras Públicas, Redação final para o Projeto de
 Lei nº 37185, Requerimento nº 43185, de autoria do Senador Guan-
 tarina de Figueiredo, que seja impenido nos anais desta Casa o manifesta-
 ção, sob o título "Deputado Cabefruvato", Indicação nº 44185, da fa-
 uia do Senador Walfredo de Souza Teixeira, Presidente da Comissão de
 Constituição, Justiça, requer urgência e discussão única para o
 Projeto de Lei nº 39185, de autoria do requerente, Projeto de Lei nº 51185,
 de autoria do Senador Octávio Raja Cabaglia, panna a denominar-se
 Dr. Paulo Roberto Acheraman, a Rua situada de lado do Campo de fu-
 tebol de Búzios, 3º Distrito de Cabo São, Projeto de Lei nº 35185, Projeto
 Municipal de Cabo São, Memoriam Executivo nº 41185, com a sub-
 scção na importância de 619 500 000 (Quinhentos mil e quinhentos) a "As-
 sociação dos Santos Anjos Custódios", entidade filantrópica sem fins

lucrativos, com sede neste município. Senão modo a fortuna do Expediente
e como primeiro encadernado, occupou a tribuna e Senador WALTER
DE BLISSA TILHEIRA, ofereceu Requerimento, dois propositivamente, de sua outo
rio e que figuravam na pauta da mesma reunião, que em sendo aprovados
Senador e me deulotônicos e Senhor Paulo Bacanite, Presidente do IAPAS.
O primeiro, disse o Senador Walter, comunicava ao referido Senhor
a situação satisfatória do Hospital Santa Izabel, estabelecimento con-
tante, e que prestava relevantes serviços, não só a Cabe Brã como todo
a Região, e que por força de diversos fatores, entre eles a ineficácia do
sistema previdenciário, fazia com que o estabelecimento estivesse em situação
crítica e exigindo providências imediatas por parte das unidades ligadas
do setor de Previdência Social. Quanto ao segundo Requerimento, disse
que o mesmo denunciava ao Senhor Paulo Bacanite, a situação também
crítica em que se encontrava o Posto de Atendimento de Urgência da autar-
quia, local onde os doentes passavam por situações verdadeiramente ver-
tiginosas, e ainda, piores, devido ao uso inadequado de medicamentos ade-
quados, além da deterioração do prédio, cujas melhorias eram urgentes em nome
de um alto custo à saúde pública. Disse que apresentava na mesma
reunião Projeto de Lei em que se revogava a Lei que criou a Comissão
Municipal para Prefeito, Sr. Prefeito, registando ainda que fora comunicado
do ato de da Prefeitura que o Prefeito reuniu para emitir Projeto de
Lei e Câmara propõe a revogação do diploma que era uma iniciativa
do Senador Ucy Silva da Rocha, e que devido a manifestação negativa
da comunidade ante a referida Lei, a Câmara viu-se obrigada a alguns con-
sultantes embeza e Senador em sua proposição. Livros e comparsa do Sr. con-
vidando ainda, que a iniciativa para a revogação da Comissão Municipal
deve ser feita do Conselho Municipal de Prefeito, pois, em tal circunstância, o Pre-
feto ficaria sem o apoio da Câmara e continuaria a ser abalado e que
assim sendo, mesmo sendo a Lei da Comissão Municipal e a proposta do Sr. e po-
de exigir a sua revogação, entendendo, porém, que a iniciativa deve ser feita
do Conselho Municipal do Município. Lei da Tribuna e Conselho do Senhor
quando legal a Lei da Comissão Municipal, e que notifica o Sr. Ucy Silva da Rocha, para que, mesmo assim, mesmo assim, mesmo assim

de Revolucionário Juiz Doutor Domicílio Antônio Pinheiro, que entendendo
o espírito da proposição e o seu amparo legal e mérito, assim o de-
monstrava, pois assim o pede e exige, e que a justiça comu-
naria julgar o mérito, e a Câmara o revogação face de clamor popu-
lar pelo diploma da Lei Municipal sua constitucionalidade, e de seu
nascimento, disse que o Projeto de Lei de sua autoria, estava amparado
pela Lei Orgânica dos Municípios, atentos do seu Artigo 66, ainda que
tal iniciativa seria para mostrar o espírito público que a Câmara não
havia ficado cega no interesse da acção popular e que fora negado
pela Justiça. Adiante, o Senador Walter de Souza Teixeira, efectuou um re-
lato do respeito dos acontecimentos que envolviam os dias que se sucederam a
aprovação da Lei da Primeira Municipalidade, e os momentos constitucionais, e
dos pelos Senadores acusados quando sempre por políticos antigamente, e
que procuravam sempre confundir a opinião pública, apresentando sim-
ples comentários de natureza jurídica quanto ao mérito da acção popular
cujo objectivo não é de actualizar os poderes constituídos do Município,
nem de preservar a inalienabilidade da Lei maior, no caso, a Lei Orgâ-
nica dos Municípios. Considerou que, seria mais ético, ao Comissário Mem-
bros da Câmara assinarem em conjunto o Projeto de Lei de sua autoria
revogando a Lei da Primeira Municipalidade, e que seria também viável como he-
rédito de intenções, devesse e cumprir a Lei da Câmara Legislativa, e de
de considerações de interesse geral me tangente a Lei da Primeira Mu-
nicipalidade e iniciar sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Senador Al-
BERTO DE FREIREDO, iniciou alegando o pronunciamento do Senador
Walter Souza sobre a Lei que criou a Lei da Primeira Municipalidade, e con-
siderando me submetendo que a Câmara aprova a proposição do Senador
Geza Silva da Rocha, jamais duvidaria de sua constitucionalidade, e am-
da que o parecer do Comissário de Constituição e Justiça o respeito da
legalidade da mesma fora exarado, e assinado pelo Senador Doutor
Walter de Souza Teixeira, mas que, a Câmara revogando o referido diplo-
ma legal, não atender a voz do povo, e penas por isso, visto que até a
Justiça opinava pela sua constitucionalidade. Disse que o Alcaide par-
ticipa por membros deficientes ante a menção de nova Lei, e diz

do ainda, que fôra vividade pelo Presidente do Sindicato da Empresa que, na oportunidade confirmava que, a preocupação dos espônios e que na quarta-feira, dia 22, estavam reunidos em Assembleia para reunirem membros para comporem os cargos de direção da Empresa. Continuando em sua explanação sobre os problemas financeiros a nova diretoria da Alcalis, disse que o Deputado Leônidas Sampaio, pelo P.M.B., e o Deputado Simon Jessum pela frente liberal, estavam emendando propostas no sentido de que a diretoria da Alcalis não fosse para o Rio Grande do Norte, intenção da família Kora, e ainda que, os espônios da Alcalis indicavam como Presidente o Doutor Nívos, e mais, que para honra do Município um dos seus diretores, indicado pelo P.M.B., Frente Liberal, seria o Senador Renato Simão de Souza. Adiante, disse que o atual Presidente da Empresa, Doutor Otomar, mesmo sendo do Rio Grande do Norte, tinha estimulado a produção da Empresa, tendo inclusive determinado que um compromisso comprando a Indústria Financeira a cerca de três anos e arrematado com um auguste membro de três melhores de cruzeiros, no país de origem, fosse enviado com urgência para o Arrol do Cabo, onde de imediato, entrou em regime de trabalho, e ainda, que o non penável pela demora na chegada do equipamento a fábrica, havia visto o Doutor Rui Albuquerque que não menencia continuar como Diretor da Empresa, pois seu procedimento denotava que o mesmo não, gestava da Empresa, denunciando que, se a Alcalis fosse presidida pelos Kora do Rio Grande do Norte, o mesmo por cento seria desativada em Arrol do Cabo para beneficiar o Norte do país, com graves prejuizos para a economia do Município de Arrol do Cabo. Sobre que, estava atento ao debate far das negociações para pessoalmente dos cargos de direção da Alcalis e que se preciso fosse estaria denunciando outras fábricas a Empresa. De caráter preliminar sobre a comemoração que ocorrerá pelos funcionários da Prefeitura Municipal, marcando para o dia 24 de maio, no Bairro São Cristóvão, para protestar contra a redução do ICM de Cabo de São, circulando na área que compreende o Arrol do Cabo, dizendo que era imprescindível que todos estabelecessem parâmetros a manufatura, e que logo após, diversos ônibus saíram para o Rio de Janeiro onde haveria também manufatura, em frente

do Palácio Guanabara. Um dos propositos que tinham a ver com a reforma do Município de Cabo Frio e fez comentários a respeito do que considerava uma violação da Governador do Estado e do Conselho Legislativo. Disse que, tanto o Prefeito como a Câmara de Vereadores de Cabo Frio ignoram e respeito que infelizmente era negado pelo Governador, que não a tornam a importância do Município de Cabo Frio no contexto estadual. Chegou, ocupou a tribuna o Vereador MAURO JOSÉ DE AZEVEDO, iniciou sua fala parabenizando ao Vereador Walter de Sousa Teixeira, por apresentar Projeto de Lei, revogando o temporário Lei do Tribunal Eleitoral, tendo comentários também sobre a difícil conjuntura financeira pela qual passava o Hospital Santa Izabel, dizendo que, providências eram necessárias considerando os comentários a respeito do assunto apresentados pelo Vereador Walter de Sousa Teixeira. Abordou e prestes a comparecer à Comissão Nacional de Eleições, reiterando "in totum" pronunciamento do Vereador Gino de Sousa de Figueiredo, dizendo ainda que, a política interna da Empresa, não permitia o aproveitamento do modo de ser criado do Município, sendo necessários as famosas cartas de determinações políticas para que um candidato fosse admitido, dizendo que estava lutando para colocar um jovem no Município há quatro meses, mesmo tendo a jovem realizado uma excelente prova. Apresentou amplo relato de que ocorrera no domingo próximo passado, quando o Prefeito Ulisses Carrão inaugurou as obras de urbanização da Av. Hanschol Ilonno no Bairro de São Bento, parabenizando o Prefeito, pelo que considerava ser uma das maiores obras já realizadas por uma administração municipal. Elogiou ao Prefeito Municipal pela colocação de quiosques públicos na Praça do Bairro de São Bento, em substituição a "lanchinhos" de aspecto que deprimiam a beleza do local, e que, tal medida deveria ser seguida também na Praça do Forte e ainda como sugestão, disse que a iluminação da Praça Forte deveria ser do mesmo modelo empregado na Praça do São Bento. Quanto ao problema de LEM, referido pelo Governador Estadual, disse que Prefeito adotava medidas de ordem jurídica em Brasília, além dos advogados, deveria levar também alguns Vereadores, no sentido de reforçar a posição do Município em relação a autonomia de Governador, e a seguir, iniciou sua fala

